

POLÍTICAS CURRICULARES, CONHECIMENTO ESCOLAR E DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DISPUTAS E RESSIGNIFICAÇÕES NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Wellen Vitoria Chaves da Silva¹

¹Universidade Federal do Pará. Discente do Curso de Pedagogia. E-mail: wellen.silva@iced.ufpa.br

José Rafael Barbosa Rodrigues²

²Docente da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. E-mail: rafaelrodrigues92@outlook.com

RESUMO

O presente trabalho analisa os efeitos das Políticas Curriculares direcionadas à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, com ênfase nos sentidos de conhecimento escolar e docência produzidos nos múltiplos contextos de ressignificação da política. Parte-se do entendimento de que a ampliação do acesso de estudantes com deficiência à escola comum, intensificada nas primeiras décadas do século XXI, exige não apenas matrícula, mas garantia de aprendizagem e direito ao conhecimento. A investigação adota abordagem qualitativa, fundamentada no Ciclo de Políticas de Stephen Ball e na teoria da atuação de políticas, compreendendo o currículo como campo discursivo em disputa. O estudo contempla levantamento bibliográfico e documental de marcos regulatórios federais, estaduais e municipais, analisando como esses textos produzem sentidos sobre currículo, conhecimento e docência. Busca-se compreender como tais sentidos são reinterpretados no contexto da prática escolar, evidenciando tensões entre normatização e agência docente. Os resultados parciais apontam para a compreensão crítica das operações discursivas que moldam o conhecimento escolar na Educação Especial, contribuindo para o debate sobre formação docente e justiça curricular.

Palavras-chave: Políticas Curriculares; Educação Especial; Educação Inclusiva; Conhecimento Escolar; Docência.

INTRODUÇÃO

A consolidação da Educação Inclusiva no Brasil tem produzido importantes deslocamentos nas políticas educacionais, especialmente no que se refere à escolarização de pessoas com deficiência. A ampliação das matrículas no ensino comum, intensificada a partir

¹Universidade Federal do Pará. Discente do Curso de Pedagogia. E-mail: wellen.silva@iced.ufpa.br

²Docente da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. E-mail: rafaelrodrigues92@outlook.com

dos anos 2000, representa avanço significativo no acesso, mas evidencia novos desafios relacionados à permanência, aprendizagem e garantia do direito ao conhecimento.

Nesse cenário, o currículo emerge como elemento central da disputa política, pois define quais conhecimentos são considerados legítimos, necessários e acessíveis a todos. Conforme problematizam Gabriel e Castro (2013), o conhecimento escolar permanece como objeto incontornável da agenda política educacional contemporânea. Assim, pensar a Educação Especial na perspectiva inclusiva implica questionar como as políticas curriculares produzem sentidos sobre o que deve ser ensinado, como deve ser ensinado e quem é reconhecido como sujeito do direito ao saber.

O objetivo geral deste trabalho é compreender de que forma a Política Curricular endereçada à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva produz efeitos nos sentidos de conhecimento escolar e docência nos múltiplos contextos de ressignificação da política. Especificamente, busca-se: (a) mapear documentos e marcos regulatórios recentes; (b) identificar sentidos de conhecimento escolar e docência presentes nesses textos; e (c) analisar seus possíveis efeitos no contexto da prática escolar.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, partindo do entendimento de que as políticas curriculares são produções históricas e discursivas, cujos sentidos são construídos em contextos sociais específicos. Fundamenta-se em Bogdan e Biklen (1994), ao considerar que a investigação qualitativa privilegia o contexto de produção dos dados, os processos e as significações que emergem das práticas e dos textos analisados.

O referencial teórico-metodológico articula-se ao Ciclo de Políticas de Stephen Ball, que compreende a política educacional a partir dos contextos de influência, produção do texto e prática. Essa perspectiva permite analisar as políticas curriculares não como prescrições estáticas, mas como discursos em circulação, permanentemente reinterpretados por diferentes atores institucionais.

O corpus da pesquisa é composto por documentos normativos federais produzidos pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação, incluindo a Base Nacional Comum Curricular, além de diretrizes e orientações estaduais e municipais relacionadas à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. O recorte temporal concentra-se nas duas últimas décadas, período marcado pela intensificação das políticas inclusivas.

Os procedimentos envolvem levantamento, organização e análise dos documentos, com categorização orientada pelas noções de currículo, conhecimento escolar e docência. A análise busca identificar os sentidos produzidos nos textos normativos e compreender como esses sentidos podem gerar efeitos nas práticas curriculares, evidenciando disputas, tensionamentos e processos de ressignificação no contexto escolar.

Diante disso, o quadro 1 abaixo apresenta as etapas e fases do levantamento que foram seguidas para o referido estudo:

Quadro 1 – Levantamento Documental

<i>Documento</i>	<i>Ano</i>	<i>Esfera</i>	<i>Objetivo Central</i>	<i>Situação da Análise</i>
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	2008	Federal	Orientar a Inclusão de estudantes com deficiência na escola comum	Analisado
Diretrizes Operacionais para o AEE	2009	Federal	Regulamentar o atendimento educacional especializado	Analisado
Base Nacional Comum Curricular	2017	Federal	Definir aprendizagens essenciais da educação básica	Em análise aprofundada
Documento Curricular do Estado do Pará	2019	Estadual	Adequar a BNCC ao contexto estadual	Em análise
Diretrizes Municipais de Educação Especial (município em estudo)	2021	Municipal	Orientar práticas inclusivas na rede local	Em levantamento

Fonte: Elaboração própria 2026.

Destaca-se que o levantamento documental ainda está em andamento, podendo o quadro ser ampliado conforme novos documentos forem incorporados ao corpus da pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E/OU DISCUSSÕES

O campo dos Estudos Curriculares evidencia que o currículo é espaço de disputa simbólica e política. Apple (2011) argumenta que o currículo expressa relações de poder ao selecionar determinados conhecimentos como legítimos. Nessa direção, Souza e Borges (2023) ressaltam que o debate curricular envolve disputas pela estabilização de um conhecimento considerado necessário, válido e útil.

Na perspectiva inclusiva, a discussão sobre conhecimento escolar torna-se ainda mais complexa. Mendes e Silva (2014) destacam que não é possível pensar a escolarização de sujeitos com deficiência sem problematizar qual conhecimento se deseja tornar acessível a todos. A inclusão, portanto, não se limita ao acesso físico à escola, mas envolve a democratização do currículo.

A intensificação de políticas normativas, especialmente com a implementação da BNCC, produziu processos de centralização curricular. Macedo (2019) problematiza os efeitos dessa normatização ao discutir o risco de redução do currículo a competências mensuráveis. Tais movimentos impactam diretamente a Educação Especial, pois podem tensionar práticas pedagógicas que demandam flexibilização, diferenciação e reconhecimento das singularidades.

Com base em Ball (1993; 2016), compreende-se que as políticas não são simplesmente implementadas, mas atuadas. Professores e gestores interpretam, traduzem e recriam os textos normativos no cotidiano escolar. Assim, os sentidos de docência emergem como resultado de negociações entre prescrições oficiais e contextos concretos de prática.

A Educação Especial na perspectiva inclusiva exige que a docência seja pensada como prática reflexiva, ética e política, comprometida com a justiça curricular. Isso implica reconhecer que os conhecimentos escolares não são neutros, mas resultado de disputas hegemônicas (Lopes; Burity; Mendonça, 2015). As ressignificações produzidas nas escolas

revelam tanto limites quanto possibilidades para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das Políticas Curriculares voltadas à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva evidencia que currículo, conhecimento escolar e docência constituem campos de permanente disputa política e discursiva. Embora a ampliação do acesso de estudantes com deficiência à escola comum represente um avanço histórico no cenário educacional brasileiro, a garantia do direito à educação não se efetiva apenas pela matrícula, mas pela possibilidade concreta de acesso ao conhecimento socialmente produzido.

Os documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular produzem sentidos que tendem à padronização e à centralização curricular, ao mesmo tempo em que enunciam princípios de equidade e inclusão. Nesse movimento, instauram-se tensionamentos entre homogeneização e reconhecimento das diferenças, entre prescrições oficiais e autonomia docente. É nesse espaço de tradução e reinterpretação que a política ganha materialidade, revelando tanto limites quanto possibilidades para a efetivação de práticas inclusivas.

Compreender essas dinâmicas permite deslocar o debate da inclusão de uma dimensão meramente normativa para uma perspectiva crítica, que reconhece o currículo como espaço de luta pela significação do conhecimento. Assim, fortalecer a justiça curricular implica defender políticas que assegurem não apenas acesso, mas condições reais de aprendizagem, respeitando a pluralidade dos sujeitos e reafirmando o direito ao conhecimento como fundamento da formação humana e da inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Currículo, cultura e sociedade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 39-57.

BALL, Stephen J. Foucault y la educación: disciplinas y saber. Madrid: Ediciones Morata, 1993.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

GABRIEL, Carmen Teresa; CASTRO, Marcelo Macedo de. Conhecimento escolar: objeto incontornável da agenda política educacional contemporânea. *Educação em Questão*, Natal, v. 45, n. 31, p. 82-110, jan./abr. 2013.

LOPES, Alice Casimiro; BURITY, Joanildo A.; MENDONÇA, Daniel. A contribuição de “Hegemonia e estratégia socialista” para as ciências humanas e sociais. In: LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015. p. 7-20.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./abr. 2019.

MENDES, Enicéia Gonçalves; SILVA, Luzia Guacira dos Santos. Escolarização de alunos com deficiência e o debate sobre o conhecimento escolar.

SOUZA, Bárbara Rocha; BORGES, Verônica. Currículo: disputas pela estabilização de um conhecimento “necessário, válido e útil”. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 39, e85938, 2023.